

Democratização: proposta de eleições diretas nos Tribunais será levada ao Congresso Nacional



Foto: AMB

Presidente da AMPB apresentou ao Conselho de Representantes da AMB anteprojeto de emenda constitucional que dispõe sobre a eleição de Presidente dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho. Sugestão foi acatada e entidade nacional encaminhará texto ao Senado Federal.

Matéria especial: Págs 2, 3, 4 e 5

À sua disposição,
Juiz Antônio Silveira
Presidente da AMPB

 Home page: www.amf.org.in
 Twitter: @AMF_Indiainfo
 Facebook: AMF0 Bhagyaada
Pradipdas Chatterjee
 Jagadisa Mahalanobis Gita Sarabhai
 GITA-PD 1250
 Gitaada: pradipdas@amf.org.in
 Gitaadipdas:
 Gitaada: Mita Gitaadipdas

DEMOCRATIZAÇÃO

AMPB elabora proposta de emenda constitucional para eleições diretas nos Tribunais

Os presidentes dos Tribunais Estaduais, do Trabalho e Federais não são eleitos por todos os magistrados e muitas vezes são escolhidos apenas pelo critério da antiguidade na Corde. Tal situação demonstra a ausência de democracia interna no Judiciário e gera insatisfação entre a magistratura, sobretudo a de primeiro grau.

Defendendo que a eficiência na gestão do Poder Judiciário deve ser o primeiro passo a democratização da forma de escolha dos seus gestores, a Associação dos Magistrados do Paraná (AMPB) levou a questão ao Conselho de Representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que aprovou, no último dia 25 de novembro, a proposta de encaminhamento de anteprojeto de emenda constitucional que regulamente as eleições diretas para mesa diretora dos Tribunais, exceto Corregedoria Geral, que é órgão de controle disciplinar.

O texto do anteprojeto foi elaborado por comissão formada pelo presidente da AMPB, Antônio Silveira, o presidente da Amamb (Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte), Azorédo Hamilton, e pelo juiz Guilherme Pinto (RN). Como a proposta já aprovada pelo Conselho da AMB (composto pelos presidentes das entidades de magistrados ligadas à associação nacional), a AMB escolherá um Senador da República para apresentar o projeto de emenda constitucional.

Conforme a proposta elaborada com a participação do presidente da AMPB, os Tribunais deverão eleger seus órgãos diretivos, por maioria absoluta e voto direto e secreto, dentre os membros do tribunal pleno, exceto os cargos de corregedores. Poderão votar todos os magistrados em atividade, do primeiro e segundo graus, da respectiva jurisdição. Os mandatos serão de dois anos, permitida uma recondução.

Segundo o juiz Antônio Silveira Neto, "a atual rigidez das regras de eleições dos Tribunais faz com que não haja qualquer debate interno ou compromisso sobre os rumos administrativos



Reunião do Conselho de Representantes ocorreu em Brasília, dia 25 de novembro

do Poder Judiciário. Os cargos de presidente são ocupados por aqueles que, em razão do tempo de serviço judicial e sem qualquer esforço institucional, irão exercer a direção administrativa de seu Tribunal, representando o Poder Judiciário perante a sociedade", afirmou o presidente da AMPB.

A ausência de democracia interna é um elemento desencadeador de inúmeras distorções existentes na administração judiciária, a exemplo da falta de investimentos nos órgãos de primeiro grau, que formam a base da magistratura e que detêm o maior número de processos para julgamento.

Para Silveira, "a participação dos juizes de primeiro grau na escolha dos Presidentes de Tribunais é de fundamental importância, em razão do contato que têm com usuários da justiça, advogados, promotores, etc., por conhecer e compreender não apenas os anseios da comunidade destinatária de seu trabalho, mas em especial por ter a necessidade de firmar compromissos em busca da eficiência do Poder Judiciário, no sentido de atingir metas e resultados", verifica.

O magistrado assevera ainda que não há hierarquia entre juiz e desembargador, de modo que todos estão aptos para exercerem o direito fundamental de votar e escolher os seus dirigentes. Além disso, os magistrados, tanto de primeiro quanto de segundo graus, são agentes políticos, ou

órgãos de soberania, pois lhe são atribuídas funções de administração da justiça em nome do povo, a partir da legitimidade oriunda da própria Constituição.

Conforme a AMPB, o texto do anteprojeto visa corrigir as deficiências do atual modelo de escolha dos dirigentes de Tribunais, tal como a ausência de participação de todos os membros do Poder no planejamento estratégico, na elaboração dos orçamentos e na definição e execução dos planos de ações administrativas; o déficit de legitimidade dos dirigentes perante os demais membros do Poder; no caso os juizes de primeiro e segundo graus; a ausência de compromissos institucionais, a medida que não há necessidade de elaboração de programas de governo nem de prestação de contas sobre o que se pretende fazer na administração do Judiciário; a ausência de qualquer projeto de governo do Judiciário que dê unidade de ação em todas as instâncias, resultando, conforme já pronunciou o Ministro Ricardo Lewandowski, num macromodelo jurídico hierarquizado e "baseado na mera antiguidade, engendrando uma estrutura que inviabiliza qualquer interlocução entre a base e a cúpula do sistema".

FOTO: Asscom da AMB

DEMOCRATIZAÇÃO

Em entrevista ao AMPB Notícias, o juiz João Ricardo dos Santos Costa, presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), fala da importância da democratização interna do Poder Judiciário para o aprimoramento dos serviços prestados ao jurisdicionado. João Ricardo aposta nas eleições diretas para fortalecer a participação dos juizes de primeiro grau na elaboração de projetos que visem a melhoria do funcionamento da Justiça. O presidente da Ajuris comenta ainda sobre a disparidade que há entre a distribuição de recursos entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição.

AMPB Notícias - Segundo pesquisa realizada por Sadeq, no ano de 2006, a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros, 77,5% dos magistrados são favoráveis à realização de eleições diretas para os órgãos diretivos dos Tribunais. Em sua opinião, o assunto vem sendo devidamente tratado no âmbito associativo?

João Ricardo - É uma luta histórica da magistratura, porém este ano parece que foi enfraquecida. Vejo que é importante a recomenda desta bandeira diante da relevância para democratização dos Tribunais. Os juizes não podem ser tratados como semi-responsáveis.

AMPB Notícias - O senhor acredita que a eleição direta se traduz na real construção de uma verdadeira gestão democrática para o Judiciário? Por quê?

João Ricardo - Não tenho dúvidas que sim. A participação do primeiro grau na escolha dos presidentes dos Tribunais, trará um outro momento na administração da Justiça, passando-se a priorizar o primeiro grau, local em que ingressam todos os processos e palco principal da cena judicial.

AMPB Notícias - Quais são



Magistrado defende eleições diretas nos Tribunais para maior eficiência da Justiça

“
Não percebemos no Brasil uma atenção isonômica na aplicação de recursos orçamentários no âmbito do Poder Judiciário.

os argumentos que os magistrados apresentam para justificar sua necessidade de eleições diretas para os gestores dos Tribunais?

João Ricardo - Não percebemos no Brasil uma atenção isonômica na aplicação de recursos orçamentários no âmbito do Poder Judiciário. Proporcionalmente, os recursos são destinados em maior quantidade ao segundo grau, deixando a justiça de base em situação precária. É comum tribunais custearem carros oficiais com motoristas aos membros dos tribunais enquanto comarcas de primeiro grau sequer têm papel para impressora.

AMPB Notícias - O Ministério Público já instituiu eleições diretas,

inclusive com a possibilidade de eleição de um promotor de justiça para o cargo de Procurador Geral. Já que o CNJ reconheceu recentemente a existência de simetria constitucional entre a magistratura e o ministério público, editando a resolução nº 133/2011, o que falta para a realização de eleições diretas no Judiciário?

João Ricardo - Falta vontade política, tanto das cúpulas do Judiciário como do Governo Federal. É necessário democratizar o poder para torná-lo mais efetivo e eficiente. Ainda não logramos construir no Brasil esta consciência.

AMPB Notícias - O que a sociedade pode esperar, concretamente, de um Judiciário mais democrático, por exemplo, com a participação de todos os magistrados nas eleições para escolha de integrantes da mesa diretora dos Tribunais?

Mais eficiência, mais transparência e melhor estrutura na justiça do primeiro grau, melhorando o acesso à justiça.

ARTIGO

Democratização de comportamento

Tem sido muito frequente nos últimos anos a aproximação jurídica entre democracia e Poder Judiciário, sendo generalizada a opinião de que não é possível a prática da democracia sem uma organização judiciária independente e capaz de atuar com eficiência na salvaguarda dos direitos fundamentais da pessoa humana. Assim, também, é comum atribuir-se um papel fundamental ao Poder Judiciário na preservação do Estado de Direito, como expressão de democracia, para garantir que os governos atuem dentro dos limites constitucionais e respeitem os procedimentos estabelecidos segundo formalidades democráticas. Há, portanto, uma estreita ligação entre democracia e Judiciário, mas raramente se fala na necessidade de democratizar o próprio Poder Judiciário, sem o que ele não atenderá aos requisitos éticos, jurídicos e organizacionais indispensáveis para o cumprimento de uma tarefa democratizante.

Quando se fala em democratização, no caso do Judiciário, isso implica duas exigências fundamentais: em primeiro lugar, a mudança da atitude do Judiciário no relacionamento com o povo e a sociedade em geral; em segundo, é indispensável considerar igualmente a mudança interna do Judiciário, em sua organização e seus métodos. Não é democrática uma instituição cujos dirigentes, pelo modo como são escolhidos e por seu relacionamento com os níveis inferiores da hierarquia administrativa, compareçam-se como aristocratas privilegiados. Isso tem aplicação ao Poder Judiciário, cujas cúpulas dirigentes são escolhidas apenas pelos membros dos órgãos de nível superior. Não é dada qualquer oportunidade para que os integrantes dos níveis inferiores, muito mais numerosos e igualmente integrantes do Judiciário, possam manifestar-se sobre a escolha dos dirigentes ou sobre outros assuntos que interessam a todos.



Jurista Dalmo Dallari

É oportuno observar que os juizes dos tribunais superiores parecem de tal modo envolvidos e influenciados pela mentalidade de seu ambiente de trabalho, que muitas vezes tratam como inferiores os colegas de primeira instância, esquecendo-se de que estes também são juizes. Isso tem reflexo bem evidente nas práticas administrativas dos tribunais, pois os critérios dos dirigentes não costumam ser transparentes e, com muita frequência, são estabelecidos a partir de preconceitos ou preferências ideológicas. Além disso, não raro são colocados como prioridades os interesses dos próprios tribunais superiores e de seus integrantes, dando-se pouca atenção aos problemas da primeira instância. E, no entanto, esta é mais importante para a grande maioria do povo, o que pode ser facilmente verificado pelo número de casos julgados em cada instância.

Não se pode ignorar, evidentemente, que muitas decisões das instâncias superiores são de interesse geral, mas com realismo é preciso reconhecer que para a maioria do povo o que importa é a decisão rápida e pouco onerosa de grande número de pequenos conflitos que afetam a vida diária. Basta isso para se concluir que os juizes de instâncias diversas desde a primeira instância até o Supremo Tribunal Federal têm atribuições diferentes, mas essencialmente exercutam a mesma tarefa e participam do mesmo serviço público.

Assim sendo, a hierarquia, inerente

à organização administrativa, não deve ser confundida com a existência de juizes de categorias superior e inferior, não sendo democrático tratar de modo autoritário os considerados inferiores e negar-lhes qualquer possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento e a melhor orientação da organização judiciária.

Ainda em termos de democratização interna, deve ser modificado o modo de proceder das cúpulas dirigentes dos tribunais, que habitualmente discutem em reuniões fechadas e sem qualquer divulgação, mesmo para os juizes, os assuntos de interesse de todos os integrantes da organização judiciária, apresentando suas decisões como fatos consumados. É incompatível com uma ordem jurídica democrática a realização de sessões secretas ou tão fechadas que seus critérios permaneçam em segredo, para decidir sobre assuntos que interessam a todo o povo ou que se referem a questões fundamentais para o desempenho das atribuições funcionais ou a carreira profissional dos juizes.

Assim, também, é necessária a reforma administrativa para que não existam mais, nos tribunais, órgãos especiais de caráter privilegiado, cujos membros são escolhidos por critérios aparentemente objetivos mas que, na realidade, podem ser a resultante de uma seleção prévia, através do mecanismo de promoções. Esses órgãos de direção superior, como são compostos e funcionam atualmente, acabam determinando na prática, a existência de desembargadores de primeira e de segunda classe. Se um tribunal tem número muito elevado de desembargadores e é necessário escolher um pequeno número para os postos de direção, isso deverá ser feito democraticamente, através de eleição, sendo candidatos a eleitores todos os integrantes do tribunal.

*Trecho do livro *O Poder dos Juizes*, de Dalmo de Almeida Dallari.

DIÁLOGO

Comitê Estadual do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde se reúne na JFPB



Julz Marcos Salles integra o comitê

Criação de um núcleo informativo de saúde, composto por médicos e farmacêuticos; advertência ao governo estadual quanto à regularização na distribuição de medicamentos urgentes, e providências no sentido de acabar com o monopólio por parte de empresas farmacêuticas. Essas foram as principais deliberações da reunião do Comitê Estadual do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, realizada no último dia 16 de novembro, na sede da Justiça Federal na Paraíba. Instalado em junho deste ano, o comitê é coordenado pelo vice-presidente da AMPB, Juiz Marcos Coelho de Salles, e pelo juiz federal Bruno Teixeira de Paiva. Após iniciada a reunião, Marcos Salles ressaltou que o Poder Judiciário se

preocupa em buscar soluções consensuais para os problemas da saúde, e que o Brasil é o único país que possui um programa de sistema de saúde pública, enfatizando a universalidade e integralidade do sistema. Afirmou que casos de média e baixa complexidade podem ser resolvidos através dessa reunião, com o intuito de diminuir o número de ações referentes às demandas judiciais. Ele enfatizou ainda sobre a necessidade de construir um diálogo entre os diversos setores institucionais.

O juiz federal Bruno Teixeira, anfitrião do encontro, defendeu a criação do núcleo informativo de saúde, composto por médicos e farmacêuticos. "A partir do momento em que o juiz recebesse a demanda, o núcleo de informação funcionaria como um canal entre executivo e judiciário. Segundo a recomendação 31, do CNJ, o juiz deveria ouvir preferencialmente, por meio eletrônico, esse núcleo de interação com o poder executivo". Quanto ao pagamento destes servidores, o juiz Bruno Teixeira sugeriu verba específica para o núcleo, a exemplo do que foi feito no vizinho estado de Pernambuco.

Presente à reunião, o secretário estadual de Saúde, Waldson de Souza, falou sobre os medicamentos urgentes. Ele expli-

cou que esses medicamentos já foram adquiridos. "A Procuradoria já foi notificada, mas a desoneração dos 17% vem criando os processos". Relatou o caso do Exelon como exemplo, que já foi feito o registro de preço e a empresa respondeu que não pode fornecer o medicamento em todas as dosagens. "As empresas já foram acionadas e os processos foram concluídos, porém a batalha com as indústrias farmacêuticas é muito grande".

A reunião contou ainda com a participação do procurador da República, Dulciran Fares; da chefe da Defensoria Pública da União na Paraíba, Francisca das Chagas Pollanna Maia; do representante da Secretaria de Saúde do Estado, Stanley Marc; do advogado da UEPB, Cláudio Simões Neto; do advogado do CRPM, Rodrigo Farias; da defensora pública Ralva Antônia de Souza; da presidente do Conselho Regional de Farmácia, Teresa Cristina Marques; do advogado da União e coordenador de NAI, Fernando Baltar; da procuradora adjunta do município, Adriene Jacinto Pereira, e da assessora da Secretaria de Saúde de João Pessoa, Gilcélia Maria Menezes.

FONTE: Ascom da JFPB

PAE

Integrantes da AMPB reúnem-se com Secretário do Planejamento

Os Juizes Antônio Silveira Neto, Horácio Melo e Índio Jalro, visitaram o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Gustavo Nogueira, no último dia 11 de novembro, para solicitar agilidade na tramitação do processo do Tribunal de Justiça que requirava a reprogramação de verbas orçamentárias para viabilizar pagamento de despesas com exercícios anteriores. O processo tramitava na Secretaria de Planejamento e dependia de um simples decreto do governador.

Segundo o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, esse tipo de procedimento é comum na administração pública porque

visa readequar o orçamento para as necessidades dos Poderes. "As verbas realocadas são do próprio orçamento do Judiciário, bem como seus respectivos recursos, não havendo necessidade de suplementação", explicou.

O titular da Sepag, Gustavo Nogueira, afirmou que procuraria agilizar o processo e que iria despachar diretamente com o governador sobre o assunto. Alguns dias após a reunião entre a AMPB e o Secretário, ocorreu a publicação do decreto para que o TJPB pudesse utilizar esse recurso para pagamento de parcela do PAE, no final deste ano, bem como para honrar



Gustavo Nogueira recebeu os juizes em seu gabinete

outros compromissos reconhecidos da rubrica orçamentária da despesa de exercícios anteriores.

O valor referente ao PAE foi pago a magistrados da ativa e aposentados no início deste mês de dezembro.

DEFESA DO ASSOCIADO

CCJ da Câmara aprova emenda dos subsídios

No último dia 23 de novembro, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara - CCJ aprovou uma emenda da própria comissão para incluir no orçamento da união a recomposição das perdas inflacionárias dos subsídios da magistratura, do Ministério Público e dos servidores.

O valor da emenda foi na ordem de dois bilhões de reais, dessa montante podem ser reservados 400 milhões, que irão possibilitar o reajuste inflacionário dos magistrados para o ano de 2012, de forma fracionada, nos percentuais de 5,25%, 4,8% e 4,8%, totalizando 14,85%.

Isso não significa, contudo, que a reposição está garantida. Faz-se necessário, ainda, cumprir várias etapas junto ao Congresso Nacional para que o resultado efetivo venha a ocorrer. É preciso que o Poder Legislativo aprove o projeto de lei nº 7.749/2010.

No relatório inicial do Congresso Nacional foi citada qualquer previsão de reposição salarial para as carreiras de estado. O Executivo trabalhou politicamente para que não fosse incluída qualquer verba no orçamento de 2012, destinada ao reajuste da magistratura.

Se visasse a prevalecer a vontade do Executivo em não ter qualquer previsão orçamentária, estaria inviabilizada qualquer possibilidade de correção em 2012. É que, não existindo previsão orçamentária, nem com uma lei concedendo a reposição esta teria como ser efetivada.

Uma vez incluída a emenda pela CCJ, como ocorreu para a Magistratura, Ministério Público e Servidores do Judiciário, o relator geral do orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), não pode vetá-la e, assim, evita-se que o Executivo pressione para que tais verbas sejam retiradas do orçamento.

No final do mês de outubro, o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, fez contato com os parlamentares paranaenses integrantes da CCJ, em especial os deputados Efraim Filho (DEM), Wilson Filho (PMDB) e Benjamin Maranhão (PMDB), para que apoiassem a aprovação da emenda, igual providência foi tomada por outros presidentes de associações de outros estados e da própria Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB. Os deputados que integram a CCJ foram favoráveis à causa da magistratura e a emenda ao orçamento foi aprovada. A atuação da AMPB e AMB no

congresso assegura propostas de emenda ao orçamento.

Nos dias 24 e 25 de outubro o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, esteve em Brasília, atendendo a solicitação do presidente da AMB, des. Nelson Calandra, com o objetivo de contar deputados e senadores para apoiarem a aprovação do projeto de Lei nº 7.749/2010, que trata da recomposição dos subsídios da magistratura, bem como de outros projetos de interesse da classe.

No primeiro dia (24), os presidentes da AMB e da AMPB se reuniram com o senador Vital do Rêgo, presidente da comissão mista do orçamento do Congresso Nacional, para discutir as possibilidades de inclusão dos valores necessários ao Judiciário no orçamento da união, com o objetivo de garantir a recomposição inflacionária dos subsídios da magistratura, quando foram informados da necessidade de apoiar apoios dos deputados e senadores para inclusão de emendas ao relatório preliminar do dep. Arlindo Chinaglia (relator geral do orçamento).

Além disso, há necessidade dessas previsões de receita e despesas no Plano Plurianual (PPA), relativas aos subsídios de 2012 e 2013.

Na terça-feira (25), houve intensa mobilização por parte das entidades associativas (AMB, AJUFE, ANAMATRA e AMPB) com o intuito de garantir a apresentação dessas emendas. O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, entregou aos deputados e senadores paranaenses que compõem as comissões de orçamento do Congresso Nacional e também as comissões de Constituição e Justiça, requerimento assinado em conjunto com o presidente da AMB, solicitando apoio ao projeto de lei dos subsídios.

No mesmo dia, o deputado paranaense Wellington Roberto, que é membro da comissão de orçamento do Congresso, após conversa com o presidente da AMPB, comprometeu-se a apresentar emendas ao relatório preliminar e ao PPA para garantir a inclusão dos percentuais de recomposição dos subsídios de 4,81% a serem pagos em janeiro de 2012; outro de 4,81%, em julho de 2012, e uma última parcela, de 4,81%, para janeiro de 2013. Na dia seguinte à solicitação, Wellington apresentou as emendas, juntamente com outros deputados.

LOJE

AMPB cobra ao TJ resolução sobre Turma Recursal

Conforme deliberado em reunião da diretoria executiva da Entidade, a Associação dos Magistrados da Paraíba requereu ao presidente do Tribunal de Justiça que apresente, com a urgência que o caso requer, Resolução ao pleno do TJPB para disciplinar a designação dos magistrados que compõem as Turmas Recursais do Estado da Paraíba (Ofício protocolo nº 305.475-6, de 22/11/11).

Segundo Antônio Silveira Neto, presidente da AMPB, "a nova Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba - LOJE, que entrou em vigor desde o dia 04 de dezembro do ano passado, determinou a edição de Resolução para disciplinar a composição das Turmas Recursais do Estado (art. 205, § 2º). Todavia, até o momento, não houve por parte do Tribunal de Justiça qualquer sessão administrativa para discutir e aprovar a sobrevida Resolução".

A situação tem gerado instabilidade no sistema, pois afetou o modo de designação dos membros dessa instância recursal de julgamento, fazendo com que alguns de seus integrantes tenham o mandato prorrogado indefinidamente e em alguns casos por mais de um ano.

A própria LOJE veda a prorrogação do mandato dos membros da Turma Recursal, ao dispor no art. 205 que não será permitida a recondução do magistrado. "Não bastasse isso, o artigo 17, da Lei Federal nº 12.153/09, dispõe que a designação dos juízes para atuar nas Turmas Recursais deve observar os critérios de antiguidade e merecimento, comando legal que não está sendo respeitado pelo Tribunal de Justiça do Estado", frisa o representante da categoria, Antônio Silveira.

Departamento vai investir em ações para integrar aposentados ao movimento associativo e valorizar suas atividades



Juiz Bonifácio Lobo

Sob a direção do juiz José Bonifácio Lima Lobo, o Departamento de Inativos e Pensionistas da AMPB ganhou nova dinâmica, desencadeando atividades institucionais e sociais voltadas para a valorização desses magistrados que dedicaram grande parte de sua vida ao Poder Judiciário. Bonifácio divide suas atividades com Clementina Magalhães Machado, que representa as pensionistas ligadas à Associação.

Magistrado desde 1960, Bonifácio Lobo sempre se mostrou um profissional íntegro e digno da admiração dos colegas, que hoje respaldam e valorizam a história deste juiz que se aposentou para a atividade judiciária, mas segue ativo na luta associativa, dedicando sua sabedoria às ações da AMPB que visam a defesa dos direitos dos magistrados aposentados de nosso estado.

Em entrevista ao "Notícias AMPB", o diretor do Departamento de Inativos e Pensionistas fala da participação paranaense nos congressos recentemente realizados pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e das ideias que pretende colocar em prática, visando desenvolver meios de integrar os aposentados em atividades da Associação e também comunitárias.

Notícias AMPB – O Sr. integrou a comissão da AMPB participante do VI Congresso de Aposentados e do VII Congresso de Pensionistas da AMB. Como avalia a participação dos paranaenses nestes eventos?

Juiz Bonifácio – Tivemos, realmente, uma participação muito contundente da AMPB nestes congressos, sobretudo na elaboração da "Carta de For de Iguaçu". Foi de muita importância para a magistratura brasileira o VI Congresso Nacional de Magistrados Aposentados da AMB, logo por que, em determinado momento,

os debates passaram a ser mais objetivos no sentido da defesa dos magistrados aposentados e pensionistas. Temos a grata satisfação de afirmar que a AMPB teve uma ação decisiva neste encontro, daí se ter nas dez postulações da Carta de For de Iguaçu (dos aposentados), elaborada naquele congresso no Paraná, três itens por nós apresentados e aprovados por todos.

Notícias AMPB – Qual a motivação para tal colaboração? O Sr. poderia citar os itens propostos pela Associação paranaense?

Juiz Bonifácio – O primeiro, que por sinal foi acatado como primeiro tópico da Carta, foi a nossa defesa da independência da magistratura, com a permanência dos seus aposentados e pensionistas na folha de pagamento dos seus respectivos tribunais. Entendemos que a saída do magistrado da folha de pagamento dos seus tribunais é na verdade um risco muito forte para esses magistrados e, sobretudo, um mal que possa lhe acarretar inúmeros prejuízos, inclusive, ferindo os princípios da Constituição brasileira, que nos asseguram uma vitalidade.

Segundo, nós da AMPB também apresentamos, não apenas pensando no presente, mas nos novos magistrados, o nosso repúdio a qualquer proposta do Governo em criar previdência oficial complementar para a magistratura, pois também vemos os riscos que os colegas e novos colegas, aqueles que estão entrando agora na magistratura, possam sofrer no futuro.

E, por fim, expressamos naquele instante o repúdio da magistratura nacional com a ausência de recomposição dos subsídios dos magistrados de acordo com a Constituição Federal, que garante a correção anual das perdas inflacionárias.

Devemos de oportuno e de justo dizer que este décimo tópico foi inclusive da lavra do presidente desta casa, o Juiz Antônio Silveira Neto, que teve naquele encontro um destaque especial do presidente da AMB, o Dr. Calandria, que ressaltou a atuação brilhante e expressiva do nosso presidente em favor da magistratura brasileira e dando seu testemunho do prestígio do nosso representante local junto a outros órgãos políticos brasileiros que se imbuíram à magistratura nacional através exatamente do prestígio do presidente da AMPB.

Este depoimento, que digna ressaltado mais de uma vez pelo presidente da AMPB, Calandria, vai, sem dúvida nenhuma, nos dar orgulho de termos à frente da nossa Instituição um jovem de tanto talento e dedicação aos aposentados.

Notícias AMPB – Com relação ao trabalho desenvolvido pelo Sr. no Departamento de Inativos e Pensionistas da AMPB, o que podemos destacar?

Juiz Bonifácio – Tenho muito orgulho em desenvolver esta atividade em nossa Associação. Inclusive, também durante o Congresso realizado pela AMPB, fui convocado a participar, com sugestões inclusive, de grupo que deve enviar exemplos para os colegas de outros estados, sugerindo cursos que contem com a participação de aposentados. Atividades como a de orientadores nas Universidades dos estados e, sobretudo, ministrando cursos desenvolvidos pelas próprias Associações, com a participação direta dos magistrados inativos a respeito de um tema do debate hoje, por exemplo, que é a conciliação e a mediação do campo judiciário.

Notícias AMPB – É para desenvolver aqui na Paraná, o Sr. já tem ideias para colocar em prática?

Juiz Bonifácio – Pretendemos integrar o aposentado em atividades e culturais e científicas, aproveitando seu grande leque de conhecimento dentro de sua longa experiência no trabalho jurídico. Com este foco, iremos apresentar à AMPB algumas sugestões como se ter neste jornal impresso uma página direcionada aos inativos e pensionistas, seja com matérias de seus interesses, artigos, entrevistas, enfim, com o foco voltado para se extrair desses (as) magistrados (as) o muito do saber cultural e jurídico de cada um. Inclusive, me utilizei desse espaço agora para abrir esta ideia e convidar os colegas a utilizarem este informativo, colaborando com sua sabedoria ou se colocando à disposição para entrevistas como estas.

Pretendemos ainda criar grupos de trabalho voluntários nas escolas, universidades e comunidades onde esses magistrados possam levar o conhecimento básico de cidadania a estas comunidades escolares, científicas e comunitárias, com realização de palestras e cursos de cidadania. Vamos também buscar parcerias com prefeituras, estado e universidades, buscando colocar em prática nossas ideias e ampliar o campo de atuação de nossos aposentados, restringindo-os, desta forma, do ostracismo que, às vezes, acontece ou inconscientemente, se quer por os magistrados inativos.

PARTICIPAÇÃO

Reunião discute direitos de aposentados e pensionistas da AMPB



O presidente da AMPB e os coordenadores do Departamento de Inativos e Pensionistas promoveram reunião, no dia 24 de novembro, para esclarecer os magistrados aposentados e as pensionistas sobre o andamento do trabalho associado voltado para os direitos destes associados. O evento ocorreu na biblioteca do Fórum Civil da Capital.

Foram apresentados informes sobre a realização do VIII Congresso de Pensionistas e do VI Congresso de Aposentados da AMPB, que ocorreu em Foz do Iguaçu-PR, no último mês de outubro. O juiz aposentado Bonifácio Lobo disse aos colegas que a par-

ticipação da Paralisa nos dois eventos causou admiração e respeito, pelo impacto da situação política do próprio coordenador de departamento da AMPB e do presidente da entidade, Juiz Antônio Silveira.

"Tivemos a oportunidade de demonstrar a força e pujança dos aposentados da Paralisa", informou Bonifácio. Já Antônio Silveira leu para os participantes da reunião as reivindicações que constam na Carta de Foz do Iguaçu, documento no qual culminou o Congresso de Aposentados da AMPB. "Na Carta, que foi entregue ao presidente da AMPB e a todos os presidentes de associações de magistrados do país, cons-

tam três itens que nasceram de sugestão direta da AMPB", lembrou Silveira.

A reunião também trouxe sobre o andamento das ações que visam o retorno dos aposentados e pensionistas à folha de pagamento do TJPB. "Segundo orientação do advogado que cuida da ação em Brasília, estamos tentando marcar outra audiência com o ministro relator, Ayres Britto, à qual tentaremos levar também o presidente de nossa entidade nacional, Nelson Cabral, para que a AMPB possa participar e se engajar nesta luta", repassou Silveira. O objetivo é apontar casos práticos que comprovem a situação de prejuízo e desconforto dos magistrados aposentados que recebem seus vencimentos através da PBPREV.

O magistrado passou ainda informes sobre o pagamento da PAE, precatórios e atualização dos subsídios.

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, enfatizou a importância da realização destas reuniões, "são encontros periódicos que promovem a integração dos colegas, quando podem manter o contato, rever os amigos e trocar ideias para aprimorar a situação de nossa entidade associativa".

Silveira salientou também que os aposentados e pensionistas compareçam mais aos congressos nacionais promovidos pela AMPB, "vale a pena um esforço para participar destes eventos, onde podemos exercer nosso lado político, levando nossas reivindicações para o âmbito nacional", completou.

TRE

Desembargador José Di Lorenzo Serpa é empossado como novo membro efetivo da Justiça Eleitoral

O desembargador José Di Lorenzo Serpa foi empossado, no último dia 14 de novembro, em sessão extraordinária, como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB. Ele assume a vaga deixada pelo desembargador Genísio Gomes Pereira Filho, em virtude do término do mandato, encerrado com o final do biênio. A solenidade da posse aconteceu no auditório da Corte Eleitoral, sob a presidência do desembargador Manoel Soares Monteiro e contou com a presença de várias autoridades, entre elas, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

O novo membro da Corte Eleitoral disse, em seu discurso de posse, que sabe a importância da nova missão e salientou punir suas decisões com responsabilidade, no respeito aos princípios constitucionais, com

equilíbrio e isenção. "Sabemos que só se pode fazer, ou deixar de fazer, alguma coisa em virtude da lei. Estou escrito que um dia nós estaríamos aqui", frisou ele nos agradecimentos.

Em nome do Tribunal Eleitoral falou o juiz Miguel de Brito Lyra Filho. Em sua saudação ele disse que "o desembargador Di Lorenzo Serpa é homem de bem e íntegro, que honra e dignifica a magistratura do país, sempre ocupado e preocupado com a prevalência do direito e da justiça". Já o procurador Regional Eleitoral, Yordan Moreira Delgado, falando em nome do Ministério Público, enfatizou que o novo membro da Corte tem pautado suas decisões pelo equilíbrio. "Vossa excelência é um poeta que vem engrandecer esta Corte, um espetáculo pela qualidade de suas decisões que o tornam um magistrado equilibrado."

José Di Lorenzo Serpa ingressou na Magistratura como desembargador em 2006, oriundo do Ministério Público através do quinto constitucional.

DESPEDIDA

O desembargador Genísio Gomes Pereira Filho concluiu seu biênio como membro do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba no último dia 02 de novembro. Ao despedir-se do colegi, o presidente do TRE-PB, desembargador Manoel Soares Monteiro, disse: "o desembargador Genísio é pessoa de agradável companhia; aqui as portas estão sempre abertas, a Casa continua sendo sua, somos seus amigos; muito obrigado", Genísio agradeceu a manifestação de todos os seus pares: "meu muito obrigado, também aos funcionários desta Casa."

FONTE: TJPB e TRE-PB

ANTIGUIDADE

Magistrado Onildo Cavalcanti é o primeiro beneficiado após reformulação do pecúlio



Um dos fundadores da AMPB, Onildo recebeu colegas em sua residência

No último dia 08 de dezembro, integrantes da AMPB realizaram visita ao desembargador aposentado Onildo Cavalcanti de Farias, que recebeu os colegas em sua residência, localizada em João Pessoa. Os juizes Antônio Silveira Neto, Marcos Co-

elho de Salles e José Bonifácio Lima Lobo aproveitaram a oportunidade para efetuar a entrega do primeiro cheque referente ao pecúlio, já que o des. Onildo encabeça a lista de antiguidade dos associados da entidade. Este foi o primeiro pagamento efetuado conforme aprovação do novo sistema do pecúlio aprovado em Assembleia Geral Ordinária da categoria, realizada no último dia 27 de agosto. Onildo afirmou que concorda com o novo sistema do pecúlio e

benefício.

Onildo Cavalcanti estava juntamente com sua esposa aguardando a visita da AMPB. Segundo Antônio Silveira, "foi uma ocasião muito agradável, em que o desembargador relembrou os fatos da sua rica

carreira de magistrado", declarou Silveira.

O aposentado assegurou que continua firme no apoio à AMPB. Entidade da qual foi um dos fundadores. Onildo afirmou ainda que desde o início a Associação teve como propósito a defesa dos magistrados e a melhoria de suas condições de trabalho. Ele vê hoje a magistratura como um poder que se consolidou e tem um importante papel numa sociedade democrática. "A profissão melhorou muito, tanto em termos de estrutura de trabalho quanto em termos de remuneração", observou o desembargador.

Silveira, Marcos Salles e Bonifácio declararam que a visita foi muito agradável, pois foi uma oportunidade para trocarem experiência com a vasta sabedoria do magistrado Onildo Cavalcanti. O desembargador muito receptivo e feliz, apresentou cada um dos juizes com o livro de sua autoria, intitulado "Memórias de um Menino Lavado". A obra fala da história de vida do autor, levando o leitor a passear por toda a sua peregrinação pelo Nordeste, especialmente Paraíba e Pernambuco, em busca de seu grande sonho: vencer na vida.

PARALISAÇÃO

Presidente da AMPB apoia mobilização da Amatra 13

O juiz Antônio Silveira Neto, presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), compareceu ao ato promovido pela Associação dos Magistrados do Trabalho de 13º Região (Amatra 13), se solidarizando a decisão de apoiar a mobilização dos juizes do Trabalho, que paralisaram as atividades no último dia 30 de novembro.

Conforme decisão do Conselho de Representantes, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB solidarizou-se, em nota oficial, ao movimento de valorização da Magistratura Nacional, solicitando ainda que as Associações dos Estados apoiassem as manifestações que foram realizadas nessa data 30 de novembro de 2011, pelos juizes Trabalhistas e Federais.

O movimento, que ocorreu em todo o país, mobilizando cerca de 3600 juizes do Trabalho, teve como objetivo defender os direitos básicos da magistratura, o cumprimento

da Constituição Federal e o fortalecimento e a independência do Judiciário.

Segundo o juiz do Trabalho Adriano Dantas, presidente da Amatra 13, "a reivindicação pela correção dos subsídios está prevista na Constituição, além de tudo, não se trata de aumento de salário, mas recomposição das perdas salariais desde 2009. A Carta Magna garante aos juizes a revisão anual dos vencimentos e a irredutibilidade salarial. Todo trabalhador tem direito a lutar por seus direitos, teremos que lutar por um dia para defender nossos direitos. Os juizes, que são o último recurso do cidadão, devem dar exemplo de defesa da nossa Constituição", completou o magistrado.

Os juizes da União denunciaram também a falta de política institucional que garante a segurança para o exercício de suas funções. Magistrados sofrem ameaças constantemente e são submetidos ao estresse de cumprir seu



Juizes do Trabalho paralisaram atividades no dia 30/11

dever constitucional mesmo sob risco de sua segurança própria e de sua família.

Cumprir o que não tem merecido o apropriado tratamento, argumentam os juizes da União, é o sistema de saúde para magistrados, principalmente porque não previne os agravos à saúde física e mental nem prevê proteção previdenciária adequada. Recente pesquisa realizada pela Amatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) revela que essas profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com o conjunto da sociedade, sendo extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíquicas que os acometam.

ORÇAMENTO

Impasse sobre LDO continua e Assembleia suspende discussões sobre a LOA 2012

A Audiência Pública para discutir a Lei Orçamentária Anual 2012 (LOA) e o Plano Plurianual 2012/2015 (PPA), que deveria ter sido realizada no último dia 16 de novembro, no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, foi suspensa pela Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária do Poder Legislativo do Estado, devido uma divergência sobre qual LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) serviria de parâmetro para a formação da LOA 2012: se a original enviada pelo governo ou se a sancionada pela Assembleia, com as emendas dos parlamentares. O presidente da AMPB, Juiz Antônio Silveira Neto, compareceu à ALPB, como representante do presidente do TJPR, des. Abraham Lincoln.

O impasse ocorreu a partir da infor-

mação prestada pelo secretário Gustavo Nogueira diante consta de que a LOA 2012 foi formulada com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) original, enviada pelo Executivo à Casa de Epitácio Pessoa. Ocorre que a LDO do governo recebeu emendas dos parlamentares, as quais foram vetadas pelo governador Ricardo Coutinho. Em seguida, o governo perdeu o prazo para publicar a matéria em questão e o Poder Legislativo sancionou a LDO com as emendas dos deputados (sem os vetos do governo).

O deputado Luciano Cartaxo (PT) foi quem levantou a dúvida e pediu a suspensão da audiência, após certificação de que o governo tinha adotado a LDO original (sem as emendas dos deputados) como base para a formação da LOA.

RESULTADO

Jornalista interpelado não apresenta provas sobre acusações genéricas

O jornalista Luís Torres, interpelado judicialmente em virtude da ação conjunta da AMPB, Amara 13 e Ajuf-PR, para que se esclarecesse ou se retratasse em relação a notícia postada em seu blog, sob o título: "Caça à toga: PF está na encalça de magistrado acusado de vender sentença", foi notificado pela justiça paranaense no último dia 13 de outubro às 14h30min e, embora devidamente notificado, não apresentou qualquer esclarecimento sobre a referida notícia.

No local, o jornalista fez acusações genéricas ao Judiciário, porém nada foi esclarecido pelo interpelado, mesmo depois da notificação judicial. Há na matéria acusações graves que atingem todos os magistrados do estado indiscriminadamente, bem como o próprio Poder Judiciário em sua totalidade.

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Juiz Antônio Silveira Neto, comentou que "o jornalista deveria, por obrigação profissional, procurar pela verdade, pelo bom jornalismo e pela apuração dos fatos, informando a sociedade com clareza e comprovando as notícias por ele divulgadas".

A magistratura espera da imprensa paranaense uma atuação responsável, já que a cidadania pressupõe que os indivíduos prezem pela democracia e não colaborem ab-

solutamente com o Judiciário, por meio de críticas pessoais ou pedidas.

Para o juiz do Trabalho Antônio Dantas, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amara 13), "as acusações foram graves, mas levianas, atingindo indiscriminadamente a idoneidade e a honra de juízes e juízas que dedicam a vida à atividade jurisdicional e à solução dos conflitos sociais, muitas vezes sem dispor sequer de estrutura de trabalho adequada. Ao ser chamado para identificar o suposto infrator, o jornalista simplesmente preferiu o silêncio, em clara demonstração de que as acusações não têm credibilidade e foram feitas com o propósito de fomentar a descrença da população no Poder Judiciário", concluiu o magistrado.

As Associações reforçam ainda que a liberdade de imprensa é garantida na Constituição Federal; todavia não deve ser instrumento para comprometer com má-fé desprovida de elementos fáticos, a credibilidade das instituições democráticas, fomentando descrença da população na justiça. A AMPB informa que a cópia integral do processo está à disposição de suas associações na sede administrativa da entidade, caso algum magistrado queira ingressar individualmente com as medidas judiciais cabíveis.

PATOS

Juíza cria Conselho da Comunidade e apenas é nomeado como Conselheiro



Integrantes do Conselho

O último dia 16 de novembro foi uma data que marcou o Juízo das Execuções Penais de Patos, não somente pela eleição da criação do Conselho da Comunidade e posse de seus membros, mas, sobretudo, pelo fato de ter sido nomeado um apenado para compor o referido Conselho. Trata-se do Sr. José Ferreira Martins, que cumpre pena em regime fechado em um dos presídios da cidade.

Segundo o magistrado Higor Joaze S. de Almeida Bezerra, titular da 1ª Vara Penal da comarca de Patos, é de grande importância a participação do apenado no Conselho da Comunidade, porque estando custodiado ele sabe mais de perto quais são as reais necessidades do estabelecimento penal e dos demais presos.

O conselho da comunidade é um dos órgãos da Execução Penal, que tem por escopo diligenciar junto à sociedade para obtenção de recursos materiais e humanos para que haja uma melhor assistência ao preso, atuando em três frentes: na defesa dos direitos dos apenados, na política local de reinserção do apenado e em políticas assistenciais. De modo que é órgão que faz ponte de ligação entre o apenado e o mundo exterior na medida em que vai buscar, no seio da sociedade, meios de melhorar a vida da população carcerária.

Para Higor Bezerra, "é preciso que toda a comunidade seja conscientizada do mesmo que lhe cabe na tarefa de assistir o apenado e o egresso visando a sua reinserção social, principalmente porque eles voltarão à sociedade, e precisamos fazer nossa parte para que eles não saiam de lá piores do que entraram", comentou o juiz.

A solenidade ocorreu no Tribunal de Juri do Fórum de Patos, sendo contado com a presença de diversas autoridades locais, entre elas a Promotora de Justiça das Execuções Penais, Mirian Vasconcelos. Na ocasião, houve ainda mostra cultural com a participação de doze apenados do sistema prisional da comarca.

*Com foto e informações da magistrado

PROTEÇÃO

Tribunal discute plano de segurança para o Judiciário em sessão do Pleno realizada em Catolê do Rocha

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba realizou, no último dia 7 de novembro, sessão extraordinária na comarca de Catolê do Rocha, a 420 km da Capital. Na oportunidade, foi apresentada o plano de segurança que está sendo elaborado pelo TJ para garantir a segurança do Judiciário estadual em todas as regiões do estado. Na abertura da sessão, o presidente do TJPB, desembargador Alvimar Lima da Costa Ramos, ressaltou que a medida visa assegurar o bom funcionamento dos três órgãos jurisdicionais e a segurança dos operadores do Direito, servidores das Varas e Jurisdicções. Acrescentou, também, que reforçará os investimentos na vigilância física e eletrônica nas unidades.

O presidente do TJ destacou a presença das autoridades de segurança pública do estado, numa demonstração de que há uma preocupação conjunta de todas as esferas de poder em defesa da sociedade e o cuidado do Tribunal de Justiça em levar ações e medidas de segurança para a região de Catolê do Rocha, visando assim, regularizar a prestação jurisdicional. "Não estamos adotando medidas para suprir as deficiências", disse ele ao exemplificar a realização do concurso público para magistrados.

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, Józé Antônio Silveira Neto, disse que o TJ só tem demonstração de força quando mobiliza o aparato armado de polícia e órgãos para uma ação única no combate à criminalidade. "Assim, mostra que a reação será enérgica contra todos aqueles que venham a se comportar aos diames da lei", disse ele. Quanto ao plano de segurança, ele observou que "estamos avançando e haverá um desdobramento das ações, articulações e a interação com os órgãos de segurança tudo com o objetivo de tranquilizar o magistrado para que ele possa ter o apoio necessário para atuar sem temer qualquer tipo de intimidação".

A sessão ocorreu no Fórum "Desembargador João Sérgio Maia" e foi realizada de forma secreta, com a presença das autoridades que assinaram o plano. As medidas de segurança foram elaboradas pela Comissão de Segurança do TJ, presidida pelo desembargador João Benedito da Silva, em parceria com o Secretário de Segurança e Defesa Social da Paraíba. De acordo com o secretário de Segurança do Estado, Cláudio Lima, a situação conjunta entre os Poderes na contensão da violência demonstra a unidade do estado e garante mais eficácia.

"É necessário avaliar se a violência em todo o Brasil, que tem chegado a níveis preocupantes. É perceber que a contensão da criminalidade depende de uma atuação sistêmica, certo do ponto de vista de prevenção, como de repressão e

neste sentido entram todos os setores: o Executivo, o Judiciário, Ministério Público, sistema prisional, ou seja, um sistema que precisa ser trabalhado de forma complexa. Segurança pública não é responsabilidade apenas da Polícia, mas um dever e responsabilidade de todos", afirmou o secretário.

Ainda durante a sessão, o comandante da Polícia Militar do Estado, coronel Eder Chaves, afirmou que as polícias militar e civil agirão com a força que a lei determina para contribuir à violência à justiça e ao estado. "Já determinamos ao comando da Batalhão e do Tribunal que estabeleçam reforços nas áreas, com policiamentos específicos e físicos nos fóruns, bem como o acompanhamento aos magistrados. Estamos oferecendo todo o apoio necessário para o exercício tranquilo de magistratura", disse.

O procurador-geral do Estado, Opinaldo Trigueiro do Vale Filho, também esteve presente na sessão extraordinária e afirmou que ora de grande importância o sentido de cooperação entre os setores de justiça. "É preciso que planejemos ações preventivas antes que a violência aconteça", falou. "O Ministério Público está aqui, hoje, emprestando solidariedade e segurança aos promotores, juizes, defensores e advogados", concluiu.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, OAB-PB, Odson Bezerra, comentou: "Estamos todos aqui reunidos em apoio ao Tribunal de Justiça e vamos reprimir e reprimir todo uso de violência à atividade judicial". Na ocasião, relembrou casos de advogados paraibanos que perderam a vida em razão da violência, e da existência de advogados ameaçados em todo o Brasil.

Região do Cariri

A implantação do Plano de Segurança nas unidades judiciais do estado, em especial nas comarcas da região do Cariri, foi um dos principais assuntos da reunião de trabalho realizada, no mês de novembro, no fórum de Monteiro. Os magistrados discutiram com os membros da Comissão de Segurança, que tem à frente o desembargador João Benedito da Silva, as ações que serão implementadas para garantir a regularidade dos trabalhos jurisdicionais e a segurança dos juizes, servidores, operadores do direito e das pessoas que buscam os serviços de justiça. O presidente do TJPB, desembargador Alvimar Lima da Costa Ramos, participou da reunião, que contou também com a presença do comandante regional da Polícia Militar, em Monteiro, major Carvalho.

Durante o encontro com os juizes das comarcas de Monteiro, Sumé, Prata, Serra Branca e São João do Cariri, o presidente do TJ reiterou a determinação do Tribunal de Justiça em reforçar o apoio aos magistrados, frente às dificuldades que têm sido verificadas em algumas regiões, no que diz

respeito a denúncias de ameaças que, segundo o desembargador Lima, não vão inibir a prestação jurisdicional em defesa da aplicação do direito em benefício da sociedade. Acompanharum ainda a reunião os juizes Carlos Murilo Botelho, Leandro dos Santos e José Ferreira Ramos Junior, respectivamente, membro da Comissão de Segurança e auxiliares da Presidência.

O plano de segurança foi elaborado pela Comissão de Segurança do TJ, presidida pelo desembargador João Benedito da Silva, em parceria com o Secretário de Segurança e Defesa Social da Paraíba. De acordo com o desembargador, as empresas de segurança foi contratada para fazer o monitoramento das pessoas que acessam as fóruns, a partir de dois pontos: um de entrada, sede da comarca, outro, de saída. "O jurisdicionado se beneficia a partir do momento em que o juiz tem a tranquilidade para decidir com segurança, honesta e imparcialidade", disse João Benedito.

O desembargador-presidente informou que o projeto pretende reforçar o policiamento nas unidades, bem como o acompanhamento aos juizes. "Estamos investindo numa segurança eletrônica e estratégica e queremos discutir, hoje, não só a proteção ao magistrado, mas ao próprio fórum e aos que trabalham no local". Ele observou que o CNJ também investe num programa de segurança, em nível nacional. "O local é que o Judiciário tenta uma política jurídica, especializada, própria para a segurança dos fóruns e dos magistrados, e é por isso que estamos realizando estas discussões", declarou.

Os magistrados discutiram ainda outras medidas de proteção. "As ameaças aos magistrados e às suas famílias não vão impedir a ação da justiça, que vai agir com rigor contra qualquer interferência. O juiz precisa da independência para decidir; por isso, estamos agindo e vamos até as últimas consequências para que possamos trabalhar com tranquilidade", assegurou o presidente.

A juíza Ivna, Moana Bezerra, Soares Moura, da comarca de Serra Branca, comentou oportuna a interferência da Presidência do Tribunal na preservação à integridade dos magistrados que atuam no interior do Estado. "Venho, pela disposição demonstrada, pela Presidência do TJPB, que a mesa diretora está preocupada com a proteção de nossa atividade, compreendendo a difícil missão do Juiz, principalmente nas localidades em que há ausência de segurança", observou a magistrada. Já o comandante da Polícia Militar do Cariri, major Carvalho, disse que a PM está preparando a planja um policiamento casso para as unidades judiciais da região.

FONTE: TJPB

ESPAÇO ASSOCIADO

Rastros da solidão

Ovaldo Duik

O afastamento do homem do convívio social, a despeito de sua condição inerente de ser grávido, que o é; algumas vozes, por opção pessoal (misantropia), noutras, todavia, por uma multiplicidade de circunstâncias alheias à sua própria vontade; leva-o a um profundo desconhecimento de si mesmo, afastando-o de si, muitas e muitas vozes, a sua alma e o seu corpo.

A sua antropofobia, portanto, há de ser curada, prudentemente, por um universo médico com especialidade na matéria, sob pena de o antropófilo atingir o desperdiçado do favor ou, de morte, uma excessiva melancolia e tristeza de que é, proclama, padecente.

Existem aqueles, no entanto, que enfrentam a solidão, galhardamente, combatendo-a com coragem, ânimo e fortaleza de espírito, não embrenhando-se, não como escondeito ou refúgio do seu próprio Eu, mas, sobretudo, como forma tranquila de exercer determinadas atividades humanas adaptáveis e que se ajustam, plenamente, a esse tipo circunstancial de vida.

Escritores, filósofos, jornalistas, poetas, além de todos aqueles que cultivam o

infinito e sacrossanto mundo das letras, não por mero dilematismo, mas, acima de tudo, por inocente amor àquelas, emengem-se, completamente, à solidão, glorificando-a, sobriamente, porque somente ali encontram a calma, o silêncio e a tranquilidade, requisitos imprescindíveis a uma proveitosa leitura e primorosa aprendizagem.

Reflexionar, com maior intensidade sobre si mesma, intelectualidade, pruridos e problemas do dia-a-dia inerentes a cada um de nós, somente será possível em "habitar" solitário, ausente, por assim dizer, da cação silenciosa, semelhante àquela dos imensos e intransponíveis desertos e indesejados seculares.

As profundidades desiguais das sociedades e esquivanças místicas que velozam o Mundo ao longo deste Interconcreto Século XXI, a Terceira Milênio; somente poderão ser mensuradas pelo ângulo da positividade, em momentos ocultos de profunda solidão e de encastamento pessoal.

A quem interessar possa: é somente mergulhar nas profundezas da universalidade de Gabriel García Márquez e Arthur Schopenhauer em: "Cem Anos de Solidão" e "As Doras do Mundo", respectivamente.

Assim, não há que se iludir: serão as mesmas, e, por isso mesmo, impavida de quaisquer confrontos ou contorções.

*Ovaldo Duik é magistrado aposentado

ANIVERSARIANTES

Dezembro

- 04 Carlos Eduardo Leite Lisboa
- 04 Valdeir Carneiro do Nascimento
- 06 João de Brito Pereira Filho
- 07 André Ricardo de Carvalho Costa
- 08 Damião Ferreira de Souza
- 13 Lázaro Gonzaga Targino de Moura
- 13 Alton Nunes de Melo
- 13 Alcyon Rodrigues Nogueira
- 13 Fátima José de Oliveira Araújo
- 13 José Guedes Cavalcanti Neto
- 13 Sérgio Rocha de Carvalho
- 16 Antônio Jeremias Inácio da Silva
- 17 Kaline de Oliveira Lima
- 18 Antônio do Amaral
- 18 Manoel Paulão da Luz
- 19 Eric Virgílio S. Pontes
- 20 Francisco Reges de Souza Neto
- 22 Gilberto de Medeiros Rodrigues
- 24 Antônio Leobaldo M. de Melo
- 25 Ana Maria Fortes Schram
- 27 Valmir José Nobre de Carvalho
- 28 Lazaro Pessoa Pinto
- 28 Rui Galvão

CÉLEBRES

Inclusão

A Diretoria do Fórum de comarcas de Bayeux realizou, no dia 21 de outubro, um evento comemorativo ao Dia da Criança. Na ocasião, foi realizada uma vasta programação envolvendo 130 crianças carentes da Escola Municipal Jaime Caspary, bairro do Barão, no município de Bayeux. A iniciativa recebeu o apoio do Diretor do Fórum, juiz Euler Paulo de Moura Junior. "Estamos proporcionando a essas crianças momentos mágicos de atividades educativas e recreativas e, o mais importante, que é a aproximação do Poder Judiciário com a comunidade local", ressaltou o magistrado. A programação contou com distribuição de brinquedos, apresentação de peças teatrais, pipapo, oficinas e noção de brincadeiras.

Cultura

A AMPB realizou a realização da Semana Cultural "Jackson do Pandeiro", que ocorreu no auditório do Fórum Chef de Capital "Desembargador Mário Homenes Porto", entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro. O evento foi promovido pelo Tribunal de Justiça, por meio da Escola Superior de Magistratura e da Diretoria do Fórum Chef.

Agenda

As agendas 2012 da Associação dos Magistrados do Paraná já estão sendo distribuídas entre os magistrados. O brinde anual distribuído pela AMPB é uma forma de beneficiar seus associados com um "Guia Jurídico" - adotado pelos principais órgãos e instituições jurídicas do país. A agenda vem com um diferencial: mapa de códigos DDD e índice telefônico renovável. Contém ainda um CD-ROM contendo amplo conteúdo jurídico para consulta, como Códigos, Leis, Decretos, Decisões-Lex, Constituição Federal, Estatutos, Legislação por assunto, súmulas dos Tribunais Superiores e modelos de petições. O material é produzido com papel ecológico, extraído da fibra do bagço de cana-de-açúcar, reconhecido internacionalmente como o papel "amigo da natureza".

Lista

A AMPB informa a seus associados que a lista de unicidade referente ao processo está disponível na área restrita do site www.ampb.org.br e também no sede administrativa da entidade. Eventuais impugnações à referida lista deverão ser encaminhadas à associação juntamente com a documentação comprobatória do direito do nomeado. A nomenclatura do processo consta no art. 47 e seguintes do Estatuto da AMPB.

Janeiro

- 02 José Aurélio da Cruz
- 09 Romero Marcelo da F. Oliveira
- 09 João Fábio de Araújo
- 09 Orlando Jones
- 09 Francisco Nêrli Pereira
- 09 Evandro Torres Pereira
- 09 Tullio Gomes de Souza Naves
- 09 Hermenegildo Gomes Pereira
- 11 Aluísio Roberto Pires de Costa
- 13 João Machado de Souza Júnior
- 13 Flávia de Costa Lima Cavalcanti
- 15 Agamenê Dias Almeida V. Dantas
- 16 João Alves da Silva
- 17 Francisco José de F. Rosendo Castanho (peranteira)
- 20 Francisco Medeiros de Q. Melo (peranteira)
- 22 Salvador de Oliveira Vasconcelos
- 22 Frederico Martins de Nogueira Coutinho
- 23 André Gonçalves Lopes Lima
- 26 José Milton B. de Araújo
- 27 Isabela Joazeiro L.A. de Souza
- 31 Josébaldo Félix de Oliveira
- 31 Romero Carneiro Feltz

BALANÇO

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB			Demonstração do Fluxo de Caixa para o período de 1º setembro/2011 a 30 de setembro/2011				
Balanço Patrimonial Ativo Passivo em 30/09/2011 e 30/09/2011			FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES				
ATIVOS	31/08/11	30/09/11		R\$ 1,00			
Ativos Circulantes:							
Caixa e equivalentes de caixa	592.444	584.338	Atividades de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:				
Contas a receber	194.758	156.668	Receitas:	115.324			
Outros ativos correntes	6.220	12.115	Ativos transferidos em contas a receber	3.000			
Ativos correntes totais	793.422	753.117	Entradas de caixa	118.424			
Ativos Fixos:							
Imóvel	1.220.175	1.242.818	Moeda transferido em contas a pagar	11.001			
Móveis e Utensílios	197.221	216.466	Atividades de caixa decorrentes das operações:	11.001			
Veículos	43.878	43.878	Despesas de pessoal	(25.150)			
Instalações em andamento	0	0	Despesas AMB/AMB/AMBES/AM/AME	(10.820)			
Sistema de Arrendamento	10.150	25.348	Despesas com administração	(6.008)			
Depreciações acumuladas	(155.634)	(110.825)	Despesas financeiras	(245)			
Ativos fixos totais	1.265.889	1.402.486	Despesas com manutenção	(9.181)			
ATIVOS TOTAIS	2.059.311	2.155.603	Total das saídas de caixa decorrentes das operações	(39.573)			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO (R\$ 1,00)							
Passivo Circulante:							
Contas a pagar	606.349	586.320	Saldo de caixa referente a pagamento de despesas:				
Despesas acumuladas	0	0	Atividades de caixa decorrentes de impostos acumulados	0			
Passivo circulante total	606.349	586.320	Despesas: Ativos transferidos em contas a receber	0			
Passivos totais							
Patrimônio Social	15.314	15.314	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO ORÇADO PELA OPERAÇÃO	35.827			
Superávit acumulados	1.506.448	1.559.168	FLUXO DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Patrimônio Líquido Social total	1.521.762	1.574.482	Aquisição de ativos fixos	(1.134)			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	2.128.111	2.160.802	Permuta - Beto do Brasil/Beto Real	0			
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB					Despesas com aquisição de ativos	(2.000)	
Demonstração do Fluxo e Aplicações de Recursos					FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(44.333)	
Para o período de 1º setembro/2011 a 30 de setembro/2011.					VARIAÇÃO LÍQUIDA DO LÍQUIDO DE CAIXA	(8.106)	
I - ORIGENS DE RECURSOS					Despesas de caixa decorrentes de operações:		
1. Superávit do Exercício					Despesas de pessoal		23.779
1.1 - Valor monetário					Despesas AMB/AMB/AMBES/AM/AME		40.700
1.2 - De prejuízo do exercício anterior					Despesas com administração		5.251
1.3 - De prejuízo do período anterior					Despesas financeiras		5.180
SOMA					Despesas com manutenção		260
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS					Total das Despesas:		34.829
2. Aplicação de Valor					SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		20.475
2.1 - Aplicação de Valor					Variação do superávit líquido no balanço patrimonial		20.475
2.2 - Aplicação de Valor							
2.3 - Sistema de Arrendamento							
2.4 - Depreciação acumulada							
SOMA							
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)							
IV - VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE							
Despesas							
Despesas Circulantes							
Despesas Fixas							
Capital Circulante							

Notas

- 1 - A demonstração patrimonial e suas demonstrações encontram-se à disposição dos associados na Sede da AMPB.
- 2 - As demonstrações financeiras representam a situação econômico-financeira da AMPB em 31/08/2011 e 30/09/2011.
- 3 - O resultado econômico no período apresentou um superávit de 17,75% da receita total.
- 4 - A depreciação contabilizada na despesa no foi de R\$ 5.286.
- 5 - A demonstração de origem e aplicações de recursos (DOAR) evidencia no período um total de investimento na ordem de R\$ 41.137.

Cabeleiro (PB), 30 de novembro de 2011.
 Dr. João Senechal Torres Farias - Tesoureiro
 Hélio Roberto dos Santos Viêgas - C.T. CRC/PB 003042-02

Confraternização da magistratura paraibana será no dia 31 de dezembro

Segundo a receita de sucesso implantada no ano passado, a Associação dos Magistrados da Paraíba realizará sua confraternização anual na noite do próximo dia 31 de dezembro, a partir das 22:00 horas, no Clube dos Magistrados. O "Réveillon da AMPB" contará com as apresentações musicais da "Banda Sem Preconceito", da cantora Janine e do DJ Racine, que prometem um repertório diversificado e muito animado.

Cada associado tem direito a duas senhas do cartão. As senhas extras serão vendidas na sede administrativa da AMPB, até o dia 20 de dezembro de 2011, da seguinte forma: de 1 a 05 senhas extras o valor unitário é de R\$ 100,00 reais; de 06 a 10 senhas extras, a unidade sai a R\$ 130,00; a partir da 11ª senha extra, o valor fica em R\$ 150,00 a unidade.

O acesso ao evento se dará apenas com a utilização de pulseira de identificação (pessoal e intransferível), que será entregue na sede administrativa da AMPB no período de 20 a 26 de dezembro de 2011.

As atrações musicais, o local privilegiado, o delicioso buffet, a linda decoração e uma queima de fogos de artifício promoverão a euforia e a alegria que devem tomar conta dos participantes, criando o ambiente perfeito para receber o ano novo com a melhor energia possível!

Os interessados em participar da confraternização devem confirmar presença até o próximo dia 20 de dezembro, através do telefone (83) 3513-2000. É fundamental que o magistrado ou magistrada informe sua participação e quantas pessoas pretende levar para o evento.

Buffet

A Versailles Recepções está responsável pelo buffet da noite e o café da manhã que será servido na primeira manhã de 2012. Será oferecido open bar de coquetéis, mesa de sushi, mesa de frios, salgados variados, mesa de frutas e bebidas. No café, ingredientes para repor as energias da grande noite de festa!



Boas Festas

Mais de 365 dias se passaram e com eles vieram novas conquistas e também novos projetos associativos. Com a mesma força e união com as quais já superamos diversas adversidades, a Associação dos Magistrados da Paraíba deposita em cada um de nossos associados e associadas a confiança de aprimorar nosso trabalho e prosperar ainda mais em 2012.

João Antonio Silveira Neto
Presidente da AMPB



AMPB
Associação dos Magistrados da Paraíba

Linguagem oral popular

Quando chegou a João Pessoa, com 14 anos, em 1971, as duas coisas que mais me chamaram a atenção foram as cigarras de Jaguaribe, no caminho para o colégio estadual do mesmo nome, e o uso da intersetoriação.

O que seria "intersetoriação"? Não dormia para que eu percebesse que a expressão equívoca a o "Mas passe o parafó", do povo de Pádua.

Nunca mais ouvi o "Vero". Lembra-me dele: sua senua e de que uma das coisas de que não sei é de onde se originou, etimologicamente, tal expressão. Por isso que possivelmente não consigo encontrar.

Outro dia, resolvi, então, falar sobre algumas expressões populares, a maioria delas corruptelas de língua-padrão. É mais a que não da linguagem dita culta, já foi lido no ano 2000, quando escrevi para outro jornal o São-Quênto, agora, apenas prometter a coluna. Vem lá:

1. Chanta
Uma das expressões mais bonitas que conheço, bem nordestina. Auto ridícula quando alguém me corrige (sempre a uso na linguagem coloquial) e diz que o certo é "chã, genê". Não, não é. Chanta realmente vem de "chã, genê", mas sempre uma independência da grande, que hoje é outro vocábulo, com outro significado.

Outras é intersetoriação de regras:

"Oitenta, bome, tá tá ficando doído, ôô"

2. Iuvê
Intersetoriação da admissão e, ao mesmo tempo, ironia e reprovação. Equívoco a o "Mas passe o parafó" da cidade de Pádua.

"Nê! Eu nunca disse isso não..." (substitua por "Mas passe o parafó", que o sentido é o mesmo).

3. Vai de ré, assalã...
Usado em Pádua. É uma corruptela do latim: "Vale reus, Senaria"

4. promole (mole)
Construção, não de "por mole de" (molede). Como o natato não assalãou "por mole", criou o "promole" (promolede mole), que é muito mais fácil de pronunciar.

"Não vai o zornado (ou mole) da me acabou de casa dele um dia" (por mim suplantando a palavra).

5. Tá ficando truvo...
Sucesso de Zedeca. Ou, no a pendre da fazenda Tumbá, as margens da BR-316, a comunidade "Inibota" (Bacalini) com meu cunhado Francisco Jerônimo, dentro das terras. Eu era mole, mas que um menino e me largava quando os mordões do bar:

"Tá ficando truvo, seu Chico!"

Nunca perguntei a ninguém: não sei de perguntar. Quando não sei uma coisa, vou perguntar: truvo, não sei de truvo que a corruptela de truvo (assalã). Quer dizer: o natato usou os termos cultos apenas subversos, por corruptela de língua.

Negativa para os Maranhenses, quando será recorrente, do-ou "tá ficando truvo..."

Capido e capido
A expressão é uma corruptela de encomado e traspalado:

"Ele é o irmão capido e capido!"

Em outras palavras, é a encenação do irmão (não no sentido espieta, mas no sentido político, físico) e traspalado com mesma forma do irmão.

A linguagem popular de modo muito útil se chama das palavras. As grandiloquias trazem o alívio "excessivamente" nome de carismas. Não é mais. Hoje em dia, quando se diz carismático (graças à força da linguagem popular) está se expressando uma dor.

"Certamente se vê hoje, não sei?"

E condão nos seus arátes com versos de Manuel Bandeira:

"Capitão"

"Capitão"

"Capitão"

"Capitão"

Língua errada do povo.

Língua certa do povo.

Porque não o que fazemos

É transgredir a Sétima Idade."

Artista que (Dona Maria Tereza) associou-me as ideias daquele famoso livro

aprovado pelo MEC, digo que não. Registro oral popular é uma coisa transgressora

de norma gramatical, a ponto de negar a mais primária consciência, o certo.

Digo sempre a respeito língua é uma coisa: as línguas são várias. Cada uma no seu

lugar e nos momentos ideais. Para terminar com uma expressão popular: "Cala

maqueto no seu grito".

Jornada nas Estrelas VI

A Terra Desconhecida
Julgamento klingon

Ficção científica e filme de tribunal parecem não combinar muito.

O gênero enveredado mais pela ação ou por questionamentos filosóficos da humanidade, coisa mais geral e menos específica. Não combina muito com estar fechado em uma sala por muito tempo, com um juiz e um júri.

Mesmo não sendo o foco principal, a justiça formal acaba aparecendo aqui e ali nos filmes de ficção científica através dos anos. Uma "participação" interessante está em Jornada nas Estrelas VI – A Terra Desconhecida (1991), o melhor episódio da série de filmes que continuou o mítico sentido da TV nos anos 1960.

Na verdade, já na TV a série Jornada nas Estrelas buscava uma ambientação mais realista no que dizia respeito ao "funcionamento do universo". Questões legais, comerciais, idios e relações de opressão e domínio estavam o tempo todo em cena. Naturalmente, haviam situações que iam parar nos tribunais, fossem comandados por humanos ou por alienígenas.

No caso de Jornada VI, o capitão James Kirk (William Shatner) e o doutor McCoy (DeForest Kelley) são acusados de colaboração no massacre de tripulação de uma nave klingon, bem no momento em que esse povo alienígena está em negociações com a Federação (que somos nós). Ou seja: um incidente diplomático.

Portanto, o diretor Nicholas Meyer e a direção de arte puderam, nesse momento específico do filme, imaginar como seria um tribunal klingon – considerando que este é, pela tradição de Jornada nas Estrelas, um povo sobrecurso bélico. No centro do local, com a assembleia em volta, sob um foco de luz, um ambiente mais que opressor.

Condenados, Kirk e McCoy são enviados a uma colônia penal klingon – de qual ninguém nunca escapou – para cumprir prisão perpétua. Muita coisa acontece depois disso, para tentar diminuir a tensão entre os dois lados. Em 1991, com a Glasnost que acabou com a guerra fria, plenamente em curso e transpôs para o espaço com inteligência – como a série Jornada nas Estrelas sempre soube fazer muito bem.

LIVROS

Justiça: O que é fazer a Cota Certo. Autor: Michael Sandel. Editora: Civilização Brasileira. "Este livro é uma exploração investigativa e crítica do significado da justiça que convide os leitores de todas as doutrinas políticas a considerar a controversa fundação da maneira nova e iluminada. Ação afirmativa, casamento entre pessoas do mesmo sexo, suicídio assistido, aborto, serviço militar, patriotismo e protesto, os limites morais dos mercados – Sandel dramatiza o desafio de meditar sobre esses conflitos e mostra como uma abordagem mais firme da filosofia pode nos ajudar a encerrar a política, a moralidade e também nossas concepções".